



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA
ASSESSORIA JURÍDICA MUNICIPAL

PARECER JURÍDICO N.º 072/2021

REFEÊNCIA: Processo Administrativo n. 00406/2021 (Dispensa nº030/2021)

NATUREZA JURÍDICA : Procedimento de dispensa.

ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.

CONSULENTE: Comissão Permanente de Licitação – CPL.

INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Coronel João Pessoa/RN.

OBJETO : Contratação de serviços de Reforma da creche Chapeuzinho Vermelho, conforme Projeto Básico.

EMENTA: *Processo de dispensa de licitação nº 30/2021. Direito Administrativo. Licitações e Contratos. : Contratação de serviços de Reforma da creche Chapeuzinho Vermelho, conforme Projeto Básico, no município de Coronel João Pessoa/RN, Base Legal: Artigo 24, inciso I, da Lei nº 8.666/93. Recomendações.*

RELATÓRIO

Trata-se de processo oriundo da Secretaria Municipal de Educação Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, que tem por objeto Contratação de serviços de Reforma da creche Chapeuzinho Vermelho, conforme Projeto Básico no município de Coronel João Pessoa/RN.

Os presentes autos, contendo 01 (um) volume, foram distribuídos à assessoria jurídica, para análise e emissão de parecer, nos termos do artigo 11, VI, "b", da Lei Complementar nº 73, de 1993 e do artigo 38, inciso VI, da Lei nº 8.666, de 1993 e no Art. 4º, inciso VI, alínea "a", item 4, da Instrução Normativa do Controle Interno do Município de Coronel João Pessoa n. 001/2017.

encontrando-se instruídos com os seguintes documentos:

- a) Protocolo (fl.51 e 52);



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA
ASSESSORIA JURÍDICA MUNICIPAL

- b) Solicitação (fl.02) elaborada pelo Secretário Municipal de Saúde, datado do dia 21/01/2021;
- c) Termo de Referência (fls. 03 às 07);
- d) Projeto Básico, Planilha de quantitativos e preços básicos, cronograma Físico Financeiro, memória de cálculos dos quantitativos, composição de DBI, composição de preços e encargos sociais (fls. 08 às 28);
- e) Memorial Descritivo (fls. 30 às 45);
- f) Planta (fls. 47 e 48);
- g) Despacho da Chefe do Executivo Municipal aprovando a solicitação do objeto deste certame e encaminhando para coleta de preços (fls. 49);
- h) Pesquisa mercadológica (fls. 53 às 107);
- J) Mapa de preços elaborado pelo Orçamentarista, emitido do dia 11/05/2021; (fls. 108);
- K) Relatório de análise de proposta pela engenharia municipal (fls.110 às 112).
- L) Dotação orçamentária (fls.116), elaborado pelo Secretário Municipal de Finanças e Orçamento, datado do dia 12/05/2021;
- I) Declaração de Adequação Orçamentária (fls. 117);
- m) Autorização pela Chefe do Executivo Municipal, pelo prosseguimento do presente processo administrativo (118);
- n) Autuação, pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação-CPL- (fls. 119);
- o) Minuta do Contrato (fls 122 às 130);
- p) Anotação da Responsabilidade Técnica ART (fls.136 e 137);
- q) Documentos apresentados pelo vencedor (fls. 131/152).
- r) Justificativa de Dispensa de Licitação, elaborada pela Comissão Permanente de Licitação- CPL (fls. 154 às 159) , devidamente nomeados pela Portaria n. 22/2021 (fls. 120).



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA
ASSESSORIA JURÍDICA MUNICIPAL

Destarte, a presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ela envolve, também, o exame prévio e conclusivo dos textos de contratos ou instrumentos congêneres a serem celebrados e publicados.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

O processo administrativo deverá observar as normas que lhes são pertinentes, iniciando-se com a devida autuação, com a correspondente protocolização e numeração, juntando-se, em sequência cronológica, os documentos pertinentes, cujas folhas devem ser numeradas e rubricadas, sendo que cada volume deverá conter os respectivos termos de abertura e encerramento.

No caso do processo submetido à análise, percebe-se eu as folhas estão devidamente numeradas e rubricadas. Os autos do processo se encontram regularmente formalizados, em conformidade com o ordenamento jurídico pertinente, posto que, o art. 24, inciso I da Lei nº 8.666/93 prevê a dispensa de licitação para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, nos casos previstos nesta Lei, *in verbis*:

Art. 24 É dispensável a licitação:

[...]

I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA
ASSESSORIA JURÍDICA MUNICIPAL

[...]

Art. 23 As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

[...]

I - para obras e serviços de engenharia:

a) convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);

[...]

Por se tratar de questão eminentemente técnica, de integral responsabilidade do órgão, não adentraremos o mérito da justificativa. Apenas frisamos que da efetiva caracterização da singularidade do objeto depende diretamente a legalidade da contratação autorizada pelo inciso I do art. 24 da Lei nº 8.666/93, e desta forma, percebe-se através da apuração das propostas de (fl. 108), que o interessado, ora vencedor, apresenta os requisitos exigidos por lei.

Pelo exposto, conclui-se que os autos foram instruídos com os pressupostos necessários para a contratação por dispensa de licitação com fulcro no art. 24, I da Lei nº 8.666/93, conforme acima delineados.

No que diz respeito à ao afastamento da licitação, as observações pertinentes foram destacadas na ocasião da análise dos pressupostos para dispensa de licitação com fulcro no art. 24, inc. I da Lei nº 8.666/93, em momento anterior deste parecer, às quais reportamos. Assim, cabe apenas reiterar que a contratação com fundamento no permissivo legal indicado deriva da competição em razão do bem objetivado, cujo se cumpriu o exigido por lei e



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA
ASSESSORIA JURÍDICA MUNICIPAL

houve a competição entre três Empresas, de maneira que não resta alternativa senão a contratação direta com a empresa que teve melhor preço.

Com relação à justificação do preço, trata-se de um dever imposto ao Administrador, que tem por finalidade confirmar a razoabilidade do valor da contratação, conferindo por consequência, probidade e moralidade ao ajuste.

Portanto, no que toca às exigências insertas no art. 26 da Lei nº 8.666/93, entende-se que elas foram devidamente cumpridas no presente feito, cabendo ao órgão observar, no momento oportuno, aquelas relativas à ratificação e publicação do ato, bem como a recomendação para juntada de documentos relativos à justificativa de preços.

No documento de (fls.116), o órgão apresentou a declaração de disponibilidade orçamentária e financeira, nos termos do art. 14 e o caput do art. 38 da Lei nº 8.666/93, bem como a do art. 16, da Lei Complementar n.º 101/2000.

Da mesma forma, foram colacionados aos autos os documentos que comprovam a regularidade fiscal para com os Tributos Municipais, Estaduais e À Dívida Ativa Do Estado, a Receita Federal, trabalhista, da futura contratada, bem como ato de nomeação dos membros da Comissão Permanente de licitação, como demonstrada no relatório do presente parecer.

Destaca-se que, nos termos do art. 62, deverá conter as cláusulas elencadas no art. 55 da mesma Lei nº 8.666, de 1993, naquilo que couber, de forma que consigne as condições essenciais que regerão a execução do ajuste, tais como a descrição precisa do objeto, obrigações e responsabilidades das partes, a vinculação aos termos do ato de dispensa, da proposta, forma e prazo de pagamento, sanções incidentes em caso de descumprimento de obrigação – em especial, no caso de multas, a base de cálculo e percentuais respectivos, para fins de regência dos aspectos essenciais da relação contratual.

São os fundamentos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA
ASSESSORIA JURÍDICA MUNICIPAL

CONCLUSÃO

Ex positis, em face do exposto, opinamos, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, **pela possibilidade jurídica, do prosseguimento desta dispensa**, com a **ressalva** de que seja acostado ao presente procedimento, anteriormente da expedição da ordem de serviço, **o relatório fotográfico da atual situação do local da obra, bem como a localização ou endereço do local do imóvel**, por revestir-se de sustentação legal e atender ao princípio da transparência.

Observa-se erros formais no apenso inversa das fls. 83, 84, 91 e 92.

Saliente-se que considerando que os termos do parecer jurídico meramente consultivo não é vinculante, nem pode ser considerado ato administrativo, consoante entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal (MS 30.892/2014), submeta-se os termos do presente parecer ao Consulente, autoridade administrativa responsável pela expedição do ato administrativo decisório.

É o parecer.

Coronel João Pessoa/RN, 13 de maio de 2021.


NIVALDO MORENO PINHEIRO NETO
Advogado OAB/RN nº8228
Assessor Jurídico Municipal